



EMBASSY OF MONGOLIA
BRASILIA

Excelência,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota de Vossa Excelência de 21 de setembro de 2015 cujo teor transcrevo a seguir:

" Em nome do Governo da República Federativa do Brasil, tenho a honra de informar que, com vistas a promover relações de amizade e cooperação entre nossos dois países, bem como garantir o princípio da reciprocidade e facilitar as viagens de nacionais de ambos os países, o Governo da República Federativa do Brasil está preparado para adotar, em bases recíprocas, as seguintes medidas sobre a isenção de vistos de curta duração:

1. Os nacionais da Mongólia portadores de documentos de viagem válidos estarão isentos de vistos para entrar, sair, transitar e permanecer no território da República Federativa do Brasil, para fins de turismo ou visita de negócios, por um período de até noventa (90) dias por ano, contados a partir da data da primeira entrada. O período máximo de noventa (90) dias poderá ser prorrogado uma vez pelas autoridades competentes da República Federativa do Brasil, por período adicional de até 90 (noventa) dias.

2. Para efeitos da presente Nota,

(1) Turismo fica aqui entendido como viagens com caráter recreativo, informativo, cultural ou outro propósito, assim considerada aquela que não tenha intuito de trabalho remunerado por fontes localizadas no território da República Federativa do Brasil.

(2) Trânsito fica aqui entendido como a necessidade que venham a ter os nacionais da Mongólia de entrar no território da República Federativa do Brasil para atingir o país de destino.

(3) Visita de negócios fica aqui entendida como visita de nacionais da Mongólia que não estejam empregados nem recebem qualquer remuneração no território da República Federativa do Brasil, para prospecção de oportunidades comerciais, participação em encontros de negócios, assinatura de contratos, assim como para o exercício de atividades financeiras, de coordenação ou administração.

3. Nacionais da Mongólia deverão obter o visto apropriado, de acordo com a legislação em vigor na República Federativa do Brasil, se desejarem permanecer no território da República Federativa do Brasil por um período superior a noventa (90) dias ou exercer atividade remunerada, ser empregado, desenvolver pesquisa, estagiar, estudar, desenvolver trabalho social, prestar assistência técnica, exercer atividade missionária, artística ou religiosa, ou qualquer outra atividade que não aquelas expressamente citadas no parágrafo 2 da presente Nota.

4. Nacionais da Mongólia mencionados no parágrafo 1 da presente Nota poderão entrar, transitar e sair do território da República Federativa do Brasil por todos os pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros.

5. A dispensa de vistos estipulada na presente Nota não isenta os nacionais da Mongólia da obrigação de respeitar as leis e regulamentos vigentes no território da República Federativa do Brasil durante a sua estada.

6. As medidas estabelecidas na presente Nota não limitam o direito do Governo da República Federativa do Brasil de recusar a entrada ou abreviar a permanência em seu território de nacionais da Mongólia considerados indesejáveis.

7. Por razões de segurança, ordem ou saúde públicas, o Governo da República Federativa do Brasil poderá suspender a aplicação das medidas previstas na presente Nota, no todo ou em parte. A decisão sobre a suspensão deverá ser notificada ao Governo da Mongólia, por via diplomática, no mais breve prazo possível.

8. Os nacionais da Mongólia que tenham perdido seus documentos de viagem durante sua estada no território da República Federativa do Brasil deverão obter documento de viagem emitido pela Missão Diplomática ou Repartição Consular da Mongólia no Brasil para deixar o seu território.

9. (1) O Governo da República Federativa do Brasil encaminhará ao Governo da Mongólia, por via diplomática, espécimes de seus passaportes válidos em no máximo trinta (30) dias após a data da troca da presente Nota.

(2) Caso haja modificação nos passaportes emitidos pelo Governo da República Federativa do Brasil, serão encaminhados ao Governo da Mongólia espécimes desses passaportes, acompanhados de informação sobre suas características e utilização, com a antecedência mínima de trinta (30) dias de sua entrada em circulação.

10. (1) As medidas previstas na presente Nota poderão ser emendadas por comum acordo do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da Mongólia, o qual deverá ser objeto de notificação por via diplomática. As

emendas entrarão em vigor conforme estipulado no parágrafo 11 (1), a não ser que seja acordado de outra forma.

(2) Quaisquer divergências referentes à interpretação ou implementação das medidas prevista na presente Nota deverão ser resolvidas por via diplomática, meio de consultas e negociações.

11. (1) As medidas previstas na presente Nota entrarão em vigor trinta (30) dias após a data da troca da presente Nota.

(2) As medidas previstas na presente Nota serão válidas por tempo indeterminado. O Governo da República Federativa do Brasil poderá, a qualquer momento, denunciar as presentes medidas, por meio de notificação por escrito ao Governo da Mongólia, por via diplomática. As medidas previstas na presente Nota cessarão noventa (90) dias após o recebimento da referida notificação.

Tenho a honra de propor que a presente Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência constituam entendimento recíproco entre nossos Governos para o estabelecimento de isenção de vistos para nacionais de ambos os países.

A presente Nota está sendo enviada a Vossa Excelência nos idiomas português, mongol e inglês, sendo todos os textos autênticos. Em caso de divergência de interpretação da presente Nota, deverá ser utilizada a versão em inglês.

Aceite, Excelência, os protestos de minha mais alta estima e consideração.

Brasília, de de 2015.

Mauro Vieira
Ministro das Relações Exteriores"

Em resposta, em nome do Governo da Mongólia, tenho a honra de informar que o Governo da Mongólia está preparado para adotar, em bases recíprocas, as seguintes medidas sobre a isenção de vistos de curta duração:

1. Os nacionais da República Federativa do Brasil portadores de documentos de viagem válidos estarão isentos de vistos para entrar, sair, transitar e permanecer no território da Mongólia, para fins de turismo ou visita de negócios, por um período de até noventa (90) dias por ano, contados a partir da data da primeira entrada. O período máximo de noventa (90) dias poderá ser prorrogado uma vez pelas autoridades competentes da Mongólia, por período adicional de até 90 (noventa) dias.

2. Para efeitos da presente Nota,

(1) turismo fica aqui entendido como viagens com caráter recreativo, informativo, cultural ou outro propósito, assim considerada aquela que não tenha intuito de trabalho remunerado por fontes localizadas no território da Mongólia.

(2) trânsito fica aqui entendido como a necessidade que venham a ter os nacionais da República Federativa do Brasil de entrar no território da Mongólia para atingir o país de destino.

(3) Visita de negócios fica aqui entendida como visita de nacionais da República Federativa do Brasil que não estejam empregados nem recebem qualquer remuneração no território da Mongólia, para prospecção de oportunidades comerciais, participação em encontros de negócios, assinatura de contratos, assim como para o exercício de atividades financeiras, de coordenação ou administração.

3. Nacionais da República Federativa do Brasil deverão obter o visto apropriado, de acordo com a legislação em vigor na Mongólia, se desejarem permanecer no território da Mongólia por um período superior a noventa (90) dias ou exercer atividade remunerada, ser empregado, desenvolver pesquisa, estagiar, estudar, desenvolver trabalho social, prestar assistência técnica, exercer atividade missionária, artística ou religiosa, ou qualquer outra atividade que não aquelas expressamente citadas no parágrafo 2 da presente Nota.

4. Nacionais da República Federativa do Brasil mencionados no parágrafo 1 da presente Nota poderão entrar, transitar e sair do território da Mongólia por todos os pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros.

5. A dispensa de vistos estipulada na presente Nota não isenta os nacionais da República Federativa do Brasil da obrigação de respeitar as leis e regulamentos vigentes no território da Mongólia durante a sua estada.

6. As medidas estabelecidas na presente Nota não limitam o direito do Governo da Mongólia de recusar a entrada ou abreviar a permanência em seu território de nacionais da República Federativa do Brasil considerados indesejáveis.

7. Por razões de segurança, ordem ou saúde públicas, o Governo da Mongólia poderá suspender a aplicação das medidas previstas na presente Nota, no todo ou em parte. A decisão sobre a suspensão deverá ser notificada ao Governo da República Federativa do Brasil, por via diplomática, no mais breve prazo possível.

8. Os nacionais da República Federativa do Brasil que tenham perdido seus documentos de viagem durante sua estada no território da Mongólia deverão obter documento de viagem emitido pela Missão Diplomática ou Repartição Consular da República Federativa do Brasil no Brasil para deixar o seu território.

9. (1) O Governo da Mongólia encaminhará ao Governo da República Federativa do Brasil, por via diplomática, espécimes de seus passaportes válidos em no máximo trinta (30) dias após a data da troca da presente Nota.

(2) Caso haja modificação nos passaportes emitidos pelo Governo da Mongólia, serão encaminhados ao Governo da República Federativa do Brasil espécimes desses passaportes, acompanhados de informação sobre suas características e utilização, com a antecedência mínima de trinta (30) dias de sua entrada em circulação.

10. (1) As medidas previstas na presente Nota poderão ser emendadas por comum acordo do Governo da Mongólia e do Governo da República Federativa do Brasil, o qual deverá ser objeto de notificação por via diplomática. As emendas entrarão em vigor conforme estipulado no parágrafo 11 (1), a não ser que seja acordado de outra forma.

(2) Quaisquer divergências referentes à interpretação ou implementação das medidas prevista na presente Nota deverão ser resolvidas por via diplomática, meio de consultas e negociações.

11. (1) As medidas previstas na presente Nota entrarão em vigor trinta (30) dias após a data da troca da presente Nota.

(2) As medidas previstas na presente Nota serão válidas por tempo indeterminado. O Governo da Mongólia poderá, a qualquer momento, denunciar as presentes medidas, por meio de notificação por escrito ao Governo da República Federativa do Brasil, por via diplomática. As medidas previstas na presente Nota cessarão noventa (90) dias após o recebimento da referida notificação.

Tenho a honra de confirmar que a Nota de Vossa Excelência e a presente Nota constituirão entendimento recíproco entre nossos Governos para o estabelecimento de isenção de vistos para nacionais de ambos os países.

A presente Nota está sendo enviada a Vossa Excelência nos idiomas mongol, português e inglês, sendo todos os textos autênticos. Em caso de divergência de interpretação da presente Nota, deverá ser utilizada a versão em inglês.

Aceite, Excelência, os protestos de minha mais alta estima e consideração.

Brasília, 21 de 9 de 2015.


Chuluunbaatar Sosormaa,

Embaixadora da Mongólia



EMBASSY OF MONGOLIA
BRASILIA

Хүндэт эрхэм ээ,

Таны дараахь агуулга бүхий 2015 оны ... дугаар сарын ... ноот бичгийг хүлээн авснаа мэдэгдэх завшаан тохиолдов:

“Хүндэт эрхэм ээ,

Манай хоёр орны хоорондын найрсаг, ойр дотно харилцааг бататган бэхжүүлж, улам бүр хөгжүүлэх, түүнчлэн харилцан адил байх зарчмыг бататган хоёр улсын иргэд зорчих нөхцөлийг хөнгөвчлөх зорилгоор Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Засгийн газар харилцан адил байх зарчмын үндсэн дээр иргэдийг богино хугацааны визийн шаардлагаас чөлөөлөх чиглэлээр дараахь арга хэмжээг авч хэрэгжүүлэх болсныг Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Засгийн газрын нэрийн өмнөөс Танд уламжлахад таатай байна:

1. Хүчин төгөлдөр зорчих бичиг баримт бүхий Монгол Улсын иргэд албан хэргээр болон аялж жуулчлах зорилгоор Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсад нэг жилийн хугацаанд 90 (ер) хоногоос хэтрэхгүй хугацаанд визгүйгээр орох, гарах, дамжин өнгөрөх болон зорчих эрхтэй ба уг хугацааг Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын нутаг дэвсгэрт анхлан нэвтрэн орсон өдрөөс эхлэн тооцно. Энэхүү 90 (ер) хоногийн хугацааг Бразил Улсын холбогдох эрх бүхий байгууллагаас нэг удаа 90 (ер) хоногоос хэтрэхгүй хугацаагаар сунгаж болно.

2. Энэхүү ноот бичигт заасан арга хэмжээг хэрэгжүүлэх зорилгоор:

(1) аялж жуулчлах гэж Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын нутаг дэвсгэрт санхүүгийн үүрэг хариуцлага хүлээхэд хүргэж болох ямар нэг ашгийн төлөө үйл ажиллагаа явуулахгүйгээр амрах, танилцах, соёлын болон бусад зорилгоор зорчихыг хэлнэ.

(2) дамжин өнгөрөх гэж Монгол Улсын иргэд зорчих сүүлчийн газартаа очихын тулд Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын нутаг дэвсгэрт нэвтрэн орох шаардлагатай болохыг хэлнэ.

(3) албан хэргээр зорчих гэж Монгол Улсын иргэд Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын нутаг дэвсгэрт ашгийн төлөө үйл ажиллагаа явуулахгүйгээр арилжаа эрхлэх боломж бололцоог судлах, уулзалт, хуралд оролцох, гэрээ байгуулах, менежментийн болон захиргааны үйл ажиллагаа явуулах зорилгоор зорчихыг хэлнэ.

3. Монгол Улсын иргэд Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын нутаг дэвсгэрт 90-ээс дээш хоногийн хугацаанд зорчих, ашгийн төлөө үйл ажиллагаа явуулах, хөдөлмөр эрхлэх, судалгаа, сургалтад оролцох, сурах, нийгмийн үйл ажиллагаанд оролцох, түүнчлэн техникийн туслалцаа үзүүлэх, томилолтоор ажиллах, шашны, эсхүл урлагийн үйл ажиллагаанд оролцох, эсхүл энэхүү ноот бичгийн 2 дахь заалтад тодорхой зааснаас бусад аливаа үйл ажиллагаа явуулах тохиолдолд Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын хууль тогтоомжийн дагуу зохих визийг урьдчилан мэдүүлэх ёстой.

4. Энэхүү ноот бичгийн 1 дэх заалтад дурдсан Монгол Улсын иргэд Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын олон улсын зорчих хөдөлгөөнд нээлттэй хилийн шалган нэвтрүүлэх цэгээр дамжин тус улсад нэвтрэн орох, дамжин өнгөрөх болон гарах эрхтэй.

5. Үүгээр олгосон визээс чөлөөлөх арга хэмжээ нь Монгол Улсын иргэдийн Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсад богино хугацаагаар зорчихдоо тус улсад хүчин төгөлдөр үйлчилж буй үндэсний хууль тогтоомжийн дагуу хүлээх үүргийг хөндөхгүй.

6. Үүгээр олгосон визээс чөлөөлөх арга хэмжээ нь Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Засгийн газрын Монгол Улсын тааламжгүй иргэдийг өөрийн нутаг дэвсгэрт оруулахаас татгалзах болон зорчих хугацааг багасгах эрхийг хөндөхгүй.

7. Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Засгийн газар үндэсний аюулгүй байдал, нийгмийн хэв журмыг хангах, эсхүл олон нийтийн эрүүл мэндийг хамгаалах зорилгоор энэхүү ноот бичигт тодорхойлсон арга хэмжээг хэсэгчлэн, эсхүл бүхэлд нь зогсоож болно. Энэхүү арга хэмжээг зогсоох тухай шийдвэрийг Монгол Улсын Засгийн газарт дипломат шугамаар нэн даруй мэдэгдэнэ.

8. Монгол Улсын иргэд Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын нутаг дэвсгэрт зорчих хугацаандаа зорчих бичиг баримтаа гээж үрэгдүүлсэн тохиолдолд Бразил Улсад байгаа Монгол Улсын дипломат буюу консулын төлөөлөгчийн газраас өөр зорчих бичиг баримт авч тус улсын нутаг дэвсгэрээс гарна.

9. (1) Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Засгийн газар энэхүү ноот бичгийг солилцсон өдрөөс хойш 30 (гуч) хоногийн дотор Монгол Улсын Засгийн газарт өөрийн паспортын загварыг өгнө.

(2) Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Засгийн газар өөрийн олгодог паспортод өөрчлөлт оруулсан тохиолдолд түүнийг ашиглаж эхлэхээс дор хаяж 30 (гуч) хоногийн өмнө шинэ паспортын загварыг түүнийг хэрхэн хэрэглэх тухай танилцуулгын хамт Монгол Улсын Засгийн газарт хүргүүлнэ.

10. (1) Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Засгийн газар болон Монгол Улсын Засгийн газар харилцан тохиролцож энэхүү ноот бичгийн агуулгад өөрчлөлт оруулж болох бөгөөд үүнийг дипломат шугамаар баталгаажуулж мэдэгдэнэ. Талууд өөрөөр тохиролцоогүй бол нэмэлт, өөрчлөлт нь энэхүү ноот бичгийн 11(1)-д заасны дагуу хүчин төгөлдөр болно.

(2). Энэхүү ноот бичигт тодорхойлсон арга хэмжээг тайлбарлах, эсхүл хэрэгжүүлэхтэй холбоотойгоор Талуудын хооронд үүссэн маргааныг дипломат шугамаар зөвлөлдөх болон хэлэлцээ хийх замаар шийдвэрлэнэ.

11. (1) Энэхүү ноот бичигт заасан арга хэмжээ нь уг ноот бичгийг солилцсон өдрөөс хойш 30 (гуч) хоногийн дараа хүчин төгөлдөр үйлчилж эхэлнэ.

(2) Энэхүү ноот бичигт тодорхойлсон арга хэмжээг хугацаагүйгээр хэрэгжүүлэх бөгөөд Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Засгийн газар Монгол Улсын Засгийн газарт дипломат шугамаар бичгээр мэдэгдэх замаар тэдгээрийг хэдийд ч цуцалж болно. Үүгээр бий болгосон арга хэмжээ нь тэрхүү мэдэгдлийг хүргүүлснээс хойш 90 (ер) хоногийн дараа хүчингүй болно.

Энэхүү ноот бичиг болон Таны хариу ноот бичгийг хоёр орны иргэдийг визгүй зорчуулах чиглэлээр манай хоёр улсын Засгийн газар хооронд байгуулсан хэлэлцээр гэж үзэх тухай саналыг гаргах завшаан тохиолдов.

Энэхүү ноот бичгийг португал, монгол, англи хэлээр үйлдэн Танд гардуулж байгаа бөгөөд эх бичвэрүүд адил хүчинтэй байна. Энэхүү ноот бичгийг тайлбарлахад зөрүү гарвал англи хэлээрх эх бичвэрийг баримтална.

Хүндэт эрхэм Таныг гүнээ хүндэтгэн ёсолж буйг хүлээн авна уу.

Бразилиа хот, 2015 оны ... дугаар сарын ...

Мауро Виейра,

Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Гадаад харилцааны сайд

ХОЛБООНЫ БҮГД НАЙРАМДАХ БРАЗИЛ УЛСЫН ЗАСГИЙН ГАЗРЫГ
ТӨЛӨӨЛЖ”

Дээрх ноот бичгийн хариуд, Монгол Улсын Засгийн газар харилцан адил байх зарчмын үндсэн дээр иргэдийг богино хугацааны визийн шаардлагаас чөлөөлөх чиглэлээр дараахь арга хэмжээг авч хэрэгжүүлэх болсныг Монгол Улсын Засгийн газрын нэрийн өмнөөс эрхэм Танд уламжлахад таатай байна:

1. Хүчин төгөлдөр зорчих бичиг баримт бүхий Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын иргэд албан хэргээр болон аялж жуулчлах зорилгоор Монгол Улсад нэг жилийн хугацаанд 90 (ер) хоногоос хэтрэхгүй хугацаанд визгүйгээр орох, гарах, дамжин өнгөрөх болон зорчих эрхтэй ба уг хугацааг Монгол Улсын нутаг дэвсгэрт анхлан нэвтрэн орсон өдрөөс эхлэн тооцно. Энэхүү 90 (ер) хоногийн хугацааг Монгол Улсын холбогдох эрх бүхий байгууллагаас нэг удаа 90 (ер) хоногоос хэтрэхгүй хугацаагаар сунгаж болно.

2. Энэхүү ноот бичигт заасан арга хэмжээг хэрэгжүүлэх зорилгоор:

(1) аялж жуулчлах гэж Монгол Улсын нутаг дэвсгэрт санхүүгийн үүрэг хариуцлага хүлээхэд хүргэж болох ямар нэг ашгийн төлөө үйл ажиллагаа явуулахгүйгээр амрах, танилцах, соёлын болон бусад зорилгоор зорчихыг хэлнэ.

(2) дамжин өнгөрөх гэж Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын иргэд зорчих сүүлчийн газартаа очихын тулд Монгол Улсын нутаг дэвсгэрт нэвтрэн орох шаардлагатай болохыг хэлнэ.

(3) албан хэргээр зорчих гэж Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын иргэд Монгол Улсын нутаг дэвсгэрт ашгийн төлөө үйл ажиллагаа явуулахгүйгээр арилжаа эрхлэх боломж бололцоог судлах, уулзалт, хуралд оролцох, гэрээ байгуулах, менежментийн болон захиргааны үйл ажиллагаа явуулах зорилгоор зорчихыг хэлнэ.

3. Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын иргэд Монгол Улсын нутаг дэвсгэрт 90-ээс дээш хоногийн хугацаанд зорчих, ашгийн төлөө үйл ажиллагаа явуулах, хөдөлмөр эрхлэх, судалгаа, сургалтад оролцох, сурах, нийгмийн үйл ажиллагаанд оролцох, түүнчлэн техникийн туслалцаа үзүүлэх, томилолтоор ажиллах, шашны, эсхүл урлагийн үйл ажиллагаанд оролцох, эсхүл энэхүү ноот бичгийн 2 дахь заалтад тодорхой зааснаас бусад аливаа үйл ажиллагаа явуулах тохиолдолд Монгол Улсын хууль тогтоомжийн дагуу зохих визийг урьдчилан мэдүүлэх ёстой.

4. Энэхүү ноот бичгийн 1 дэх заалтад дурдсан Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын иргэд Монгол Улсын олон улсын зорчих хөдөлгөөнд нээлттэй хилийн шалган нэвтрүүлэх цэгээр дамжин тус улсад нэвтрэн орох, дамжин өнгөрөх болон гарах эрхтэй.

5. Үүгээр олгосон визээс чөлөөлөх арга хэмжээ нь Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын иргэдийн Монгол Улсад богино хугацаагаар зорчихдоо тус

улсад хүчин төгөлдөр үйлчилж буй үндэсний хууль тогтоомжийн дагуу хүлээх үүргийг хөндөхгүй.

6. Үүгээр олгосон визээс чөлөөлөх арга хэмжээ нь Монгол Улсын Засгийн газрын Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын тааламжгүй иргэдийг өөрийн нутаг дэвсгэрт оруулахаас татгалзах болон зорчих хугацааг багасгах эрхийг хөндөхгүй.

7. Монгол Улсын Засгийн газар үндэсний аюулгүй байдал, нийгмийн хэв журмыг хангах, эсхүл олон нийтийн эрүүл мэндийг хамгаалах зорилгоор энэхүү ноот бичигт тодорхойлсон арга хэмжээг хэсэгчлэн, эсхүл бүхэлд нь зогсоож болно. Энэхүү арга хэмжээг зогсоох тухай шийдвэрийг Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Засгийн газарт дипломат шугамаар нэн даруй мэдэгдэнэ.

8. Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын иргэд Монгол Улсын нутаг дэвсгэрт зорчих хугацаандаа зорчих бичиг баримтаа гээж үрэгдүүлсэн тохиолдолд Монгол Улсад байгаа Бразил Улсын дипломат буюу консулын төлөөлөгчийн газраас өөр зорчих бичиг баримт авч тус улсын нутаг дэвсгэрээс гарна.

9. (1) Монгол Улсын Засгийн газар энэхүү ноот бичгийг солилцсон өдрөөс хойш 30 (гуч) хоногийн дотор Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Засгийн газарт өөрийн паспортын загварыг өгнө.

(2) Монгол Улсын Засгийн газар өөрийн олгодог паспортод өөрчлөлт оруулсан тохиолдолд түүнийг ашиглаж эхлэхээс дор хаяж 30 (гуч) хоногийн өмнө шинэ паспортын загварыг түүнийг хэрхэн хэрэглэх тухай танилцуулгын хамт Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Засгийн газарт хүргүүлнэ.

10. (1) Монгол Улсын Засгийн газар болон Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Засгийн газар харилцан тохиролцож энэхүү ноот бичгийн агуулгад өөрчлөлт оруулж болох бөгөөд үүнийг дипломат шугамаар баталгаажуулж мэдэгдэнэ. Талууд өөрөөр тохиролцоогүй бол нэмэлт, өөрчлөлт нь энэхүү ноот бичгийн 11(1)-д заасны дагуу хүчин төгөлдөр болно.

(2). Энэхүү ноот бичигт тодорхойлсон арга хэмжээг тайлбарлах, эсхүл хэрэгжүүлэхтэй холбоотойгоор талуудын хооронд үүссэн маргааныг дипломат шугамаар зөвлөлдөх болон хэлэлцээ хийх замаар шийдвэрлэнэ.

11. (1) Энэхүү ноот бичигт заасан арга хэмжээ нь уг ноот бичгийг солилцсон өдрөөс хойш 30 (гуч) хоногийн дараа хүчин төгөлдөр үйлчилж эхэлнэ.

(2) Энэхүү ноот бичигт тодорхойлсон арга хэмжээг хугацаагүйгээр хэрэгжүүлэх бөгөөд Монгол Улсын Засгийн газар Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсын Засгийн газарт дипломат шугамаар бичгээр мэдэгдэх замаар

тэдгээрийг хэдийд ч цуцалж болно. Үүгээр бий болгосон арга хэмжээ нь тэрхүү мэдэгдлийг хүргүүлснээс хойш 90 (ер) хоногийн дараа хүчингүй болно.

Таны ноот бичиг болон энэхүү хариу ноот бичгийг хамтад нь хоёр орны иргэдийг визгүй зорчуулах чиглэлээр манай хоёр улсын Засгийн газар хооронд байгуулсан хэлэлцээр гэж үзэхийг нотлох завшаан тохиолдов.

Энэхүү ноот бичгийг монгол, португал, англи хэлээр үйлдэн Танд гардуулж байгаа бөгөөд эх бичвэрүүд адил хүчинтэй байна. Энэхүү ноот бичгийг тайлбарлахад зөрүү гарвал англи хэлээрх эх бичвэрийг баримтална.

Хүндэт эрхэм Таныг гүнээ хүндэтгэн ёсолж буйг хүлээн авна уу.”

Бразилиа хот, 2015 оны 9 дүгээр сарын 21

Чулуунбаатарын Сосормаа,

Монгол Улсаас Холбооны Бүгд Найрамдах Бразил Улсад суугаа Онц бөгөөд Бүрэн эрхт Элчин сайд



МОНГОЛ УЛСЫН ЗАСГИЙН ГАЗРЫГ ТӨЛӨӨЛЖ



EMBASSY OF MONGOLIA
BRASILIA

Your Excellency,

I have the honour to acknowledge receipt of your Note dated *September 21st*, 2015 which reads as follows:

"Your Excellency,

On behalf of the Government of the Federative Republic of Brazil I have the honour to inform you that, with a view to further developing friendly relations and strengthening close ties between our countries, safeguard the principle of reciprocity and facilitate travel for nationals of both our countries, the Government of the Federative Republic of Brazil is prepared to adopt, on the basis of reciprocal treatment, the following measures, on the issue of short-stay visa waiver:

1. The nationals of Mongolia holding valid travel documents may enter, leave, transit through and stay in the territory of the Federative Republic of Brazil without visas, for purposes of tourism or business affairs, for a period not exceeding 90 (ninety) days per year following the date of first entry into the territory of the Federative Republic of Brazil. The maximum period of 90 (ninety) days may be extended by national relevant authorities of the Federative Republic of Brazil once and for another period not exceeding 90 (ninety) days.
2. For the purpose of the measures stipulated in this Note,
 - (1) Tourism shall mean travels for recreational, informative, cultural and other purposes that shall not imply carrying out a gainful activity that may result in financial obligations to local sources in the territory of the Federative Republic of Brazil.
 - (2) Transit shall mean the need for nationals of Mongolia to enter the territory of the Federative Republic of Brazil as a condition to reach their final destination.
 - (3) Business travels shall mean travels of nationals of Mongolia, who do not carry out gainful activities in the territory of the Federative Republic of Brazil, aimed at prospecting commercial opportunities, attending meetings, signing contracts, and carrying out management and administrative activities.

3. The nationals of Mongolia must apply for the pertinent visa in accordance with the relevant national laws of the Federative Republic of Brazil in case they wish to stay in the territory of the Federative Republic of Brazil for a period longer than 90 (ninety) days, carry out gainful activities, be employed, engage in research, traineeships, studies and social work, as well as undertake technical assistance, missionary, religious or artistic activities, or carry out any activity other than those explicitly mentioned in paragraph 2 of this Note.
4. The nationals of Mongolia mentioned in paragraph 1 of this Note may enter, transit through and leave the territory of the Federative Republic of Brazil through all border-crossing points open to international traffic.
5. The visa waiver herein provided for applies without prejudice to the obligation for the nationals of Mongolia before national laws in force in the Federative Republic of Brazil during their short stay.
6. The measures herein provided for apply without prejudice to the right of the Government of the Federative Republic of Brazil to refuse entry into and to shorten the stay in its territory of unwanted nationals of Mongolia.
7. The Government of the Federative Republic of Brazil may suspend the measures herein described in whole or in part, for reasons of national security, public order or public health. The decision on suspension shall immediately be notified to the Government of Mongolia through diplomatic channels.
8. The nationals of Mongolia that lose their travel documents during their stay in the territory of the Federative Republic of Brazil must obtain another travel document issued by Mongolia's Diplomatic Mission or Consulate in Brazil in order to leave its territory.
9. (1) The Government of the Federative Republic of Brazil shall send to the Government of Mongolia through diplomatic channels specimens of its passports within 30 (thirty) days from the date of exchange of this Note.

(2) In the event of changes to the passport issued by the Government of the Federative Republic of Brazil, it shall send to the Government of Mongolia the new specimens, together with the information on their applicability, at least 30 (thirty) days before their introduction date.
10. (1) The content of this Note may be amended upon agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of Mongolia, followed by notification through diplomatic channels, and shall enter into force as defined in paragraph 11 (1) of this Note, unless agreed otherwise.

(2). Divergences arising from the interpretation or implementation of the measures herein described must be settled by consultations and negotiations through diplomatic channels.

11. (1) The measures provided for in this Note shall enter into force after 30 (thirty) days from the date of exchange of this Note.

(2) The measures described in this Note are stipulated for an indefinite period of time, and the Government of the Federative Republic of Brazil may terminate them at any time by giving written notice to the Government of Mongolia through diplomatic channels. The measures herein established shall cease to be in force 90 (ninety) days after the date of such notification.

I have the honour to propose that this Note and your confirmation Note in reply shall constitute a reciprocal understanding between our two Governments for the establishment of visa waiver for the nationals of both countries.

This Note is presented to Your Excellency in the Portuguese, Mongolian, and English languages, each text being equally authentic. In case of divergence in the interpretation of this Note, the English version shall be used.

Please accept, Your Excellency, the assurances of my highest consideration and esteem.

BRASILIA, ..., 2015

Mauro Vieira,

Minister of External Relations of the Federative Republic of Brazil

FOR THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL”

In response, on behalf of the Government of Mongolia, it is my pleasure to inform Your Excellency that the Government of Mongolia is prepared to adopt, on the basis of reciprocal treatment, the following measures, on the issue of short-stay visa waiver:

1. The nationals of the Federative Republic of Brazil holding valid travel documents may enter, leave, transit through and stay in the territory of Mongolia without visas, for purposes of tourism or business affairs, for a period not exceeding 90 (ninety) days per year following the date of first entry into the territory of Mongolia. The maximum period of 90 (ninety) days may be extended by national relevant authorities of Mongolia once and for another period not exceeding 90 (ninety) days.

2. For the purpose of the measures stipulated in this Note,

(1) Tourism shall mean travels for recreational, informative, cultural and other purposes that shall not imply carrying out a gainful activity that may result in financial obligations to local sources in the territory of Mongolia.

(2) Transit shall mean the need for nationals of the Federative Republic of Brazil to enter the territory of Mongolia as a condition to reach their final destination.

(3) Business travels shall mean travels of nationals of the Federative Republic of Brazil, who do not carry out gainful activities in the territory of Mongolia, aimed at prospecting commercial opportunities, attending meetings, signing contracts, and carrying out management and administrative activities.

3. The nationals of the Federative Republic of Brazil must apply for the pertinent visa in accordance with the relevant national laws of Mongolia in case they wish to stay in the territory of Mongolia for a period longer than 90 (ninety) days, carry out gainful activities, be employed, engage in research, traineeships, studies and social work, as well as undertake technical assistance, missionary, religious or artistic activities, or carry out any activity other than those explicitly mentioned in paragraph 2 of this Note.

4. The nationals of the Federative Republic of Brazil mentioned in paragraph 1 of this Note may enter, transit through and leave the territory of Mongolia through all border-crossing points open to international traffic.

5. The visa waiver herein provided for applies without prejudice to the obligation for the nationals of the Federative Republic of Brazil before national laws in force in Mongolia during their short stay.

6. The measures herein provided for applies without prejudice to the right of the Government of Mongolia to refuse entry into and to shorten the stay in its territory of unwanted nationals of the Federative Republic of Brazil.

7. The Government of Mongolia may suspend the measures herein described in whole or in part, for reasons of national security, public order or public health. The decision on suspension shall immediately be notified to the Government of the Federative Republic of Brazil through diplomatic channels.

8. The nationals of the Federative Republic of Brazil that lose their travel documents during their stay in the territory of Mongolia must obtain another travel document issued by Brazil's Diplomatic Mission or Consulate in Mongolia in order to leave its territory.

9. (1) The Government of Mongolia shall send to the Government of the Federative Republic of Brazil through diplomatic channels specimens of its passports within 30 (thirty) days from the date of exchange of this Note.

(2) In the event of changes to the passport issued by the Government of Mongolia, it shall send to the Government of the Federative Republic of Brazil the new specimens, together with the information on their applicability, at least 30 (thirty) days before their introduction date.

10. (1) The content of this Note may be amended upon agreement between the Government of Mongolia and the Government of the Federative Republic of Brazil, followed by notification through diplomatic channels, and shall enter into force as defined in paragraph 11 (1) of this Note, unless agreed otherwise.

(2). Divergences arising from the interpretation or implementation of the measures herein described must be settled by consultations and negotiations through diplomatic channels.

11. (1) The measures provided for in this Note shall enter into force after 30 (thirty) days from the date of exchange of this Note.

(2) The measures described in this Note are stipulated for an indefinite period of time, and the Government of Mongolia may terminate them at any time by giving written notice to the Government of the Federative Republic of Brazil through diplomatic channels. The measures herein established shall cease to be in force 90 (ninety) days after the date of such notification.

I have the honour to confirm that Your note and this reply Note shall together constitute a reciprocal understanding between our two Governments for the establishment of visa waiver for the nationals of both countries.

This Note is presented to Your Excellency in the Mongolian, Portuguese and English languages, each text being equally authentic. In case of divergence in the interpretation of this Note, the English version shall prevail.

Please accept, Your Excellency, the assurances of my highest consideration and esteem.

BRASILIA, *September 21*, 2015

Chuluunbaatar Sosormaa,



Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary of Mongolia
to the Federative Republic of Brazil

FOR THE GOVERNMENT OF MONGOLIA

DAI/DIM/DCM/ 01/PAIN CVIS BRAS MONG

Em 21 de setembro de 2015.

Excelência,

Em nome do Governo da República Federativa do Brasil, tenho a honra de informar que, com vistas a promover relações de amizade e cooperação entre nossos dois países, bem como garantir o princípio da reciprocidade e facilitar as viagens de nacionais de ambos os países, o Governo da República Federativa do Brasil está preparado para adotar, em bases recíprocas, as seguintes medidas sobre a isenção de vistos de curta duração:

1. Os nacionais da Mongólia portadores de documentos de viagem válidos estarão isentos de vistos para entrar, sair, transitar e permanecer no território da República Federativa do Brasil, para fins de turismo ou visita de negócios, por um período de até noventa (90) dias por ano, contados a partir da data da primeira entrada. O período máximo de noventa (90) dias poderá ser prorrogado uma vez pelas autoridades competentes da República Federativa do Brasil, por período adicional de até 90 (noventa) dias.

Chuluunbaatar SOSORMAA
Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da Mongólia

2. Para efeitos da presente Nota,

(1) turismo fica aqui entendido como viagens com carácter recreativo, informativo, cultural ou outro propósito, assim considerada aquela que não tenha intuito de trabalho remunerado por fontes localizadas no território da República Federativa do Brasil.

(2) trânsito fica aqui entendido como a necessidade que venham a ter os nacionais da Mongólia de entrar no território da República Federativa do Brasil para atingir o país de destino.

(3) Visita de negócios fica aqui entendida como visita de nacionais da Mongólia que não estejam empregados nem recebem qualquer remuneração no território da República Federativa do Brasil, para prospecção de oportunidades comerciais, participação em encontros de negócios, assinatura de contratos, assim como para o exercício de atividades financeiras, de coordenação ou administração.

3. Nacionais da Mongólia deverão obter o visto apropriado, de acordo com a legislação em vigor na República Federativa do Brasil, se desejarem permanecer no território da

República Federativa do Brasil por um período superior a noventa (90) dias ou exercer atividade remunerada, ser empregado, desenvolver pesquisa, estagiar, estudar, desenvolver trabalho social, prestar assistência técnica, exercer atividade missionária, artística ou religiosa, ou qualquer outra atividade que não aquelas expressamente citadas no parágrafo 2 da presente Nota.

4. Nacionais da Mongólia mencionados no parágrafo 1 da presente Nota poderão entrar, transitar e sair do território da República Federativa do Brasil por todos os pontos abertos ao tráfego internacional de passageiros.

5. A dispensa de vistos estipulada na presente Nota não isenta os nacionais da Mongólia da obrigação de respeitar as leis e regulamentos vigentes no território da República Federativa do Brasil durante a sua estada.

6. As medidas estabelecidas na presente Nota não limitam o direito do Governo da República Federativa do Brasil de recusar a entrada ou abreviar a permanência em seu território de nacionais da Mongólia considerados indesejáveis.

7. Por razões de segurança, ordem ou saúde públicas, o Governo da República Federativa do Brasil poderá suspender a aplicação das medidas previstas na presente Nota, no todo ou em parte. A decisão sobre a suspensão deverá ser notificada ao Governo da Mongólia, por via diplomática, no mais breve prazo possível.
8. Os nacionais da Mongólia que tenham perdido seus documentos de viagem durante sua estada no território da República Federativa do Brasil deverão obter documento de viagem emitido pela Missão Diplomática ou Repartição Consular da Mongólia no Brasil para deixar o seu território.
9. (1) O Governo da República Federativa do Brasil encaminhará ao Governo da Mongólia, por via diplomática, espécimes de seus passaportes válidos em no máximo trinta (30) dias após a data da troca da presente Nota.
- (2) Caso haja modificação nos passaportes emitidos pelo Governo da República Federativa do Brasil, serão encaminhados ao Governo da Mongólia espécimes desses passaportes, acompanhados de informação sobre suas características e utilização, com a antecedência mínima de trinta (30) dias de sua entrada em circulação.

10. (1) As medidas previstas na presente Nota poderão ser emendadas por comum acordo do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da Mongólia, o qual deverá ser objeto de notificação por via diplomática. As emendas entrarão em vigor conforme estipulado no parágrafo 11 (1), a não ser que seja acordado de outra forma.

(2) Quaisquer divergências referentes à interpretação ou implementação das medidas prevista na presente Nota deverão ser resolvidas por via diplomática, meio de consultas e negociações.

11. (1) As medidas previstas na presente Nota entrarão em vigor trinta (30) dias após a data da troca da presente Nota.

(2) As medidas previstas na presente Nota serão válidas por tempo indeterminado. O Governo da República Federativa do Brasil poderá, a qualquer momento, denunciar as presentes medidas, por meio de notificação por escrito ao Governo da Mongólia, por via diplomática. As medidas previstas na presente Nota cessarão noventa (90) dias após o recebimento da referida notificação.

DAI/DIM/DCM/ 01/PAIN CVIS BRAS MONG

Em 21 de setembro de 2015.

Your Excellency,

On Behalf of the Government of the Federative Republic of Brazil I have the honour to inform you that, with a view to further developing friendly relations and strengthening close ties between our countries, safeguard the principle of reciprocity and facilitate travel for nationals of both our countries, the Government of the Federative Republic of Brazil is prepared to adopt, on the basis of reciprocal treatment, the following measures, on the issue of short-stay visa waiver:

1. The nationals of Mongolia holding valid travel documents may enter, leave, transit through and stay in the territory of the Federative Republic of Brazil without visas, for purposes of tourism or business affairs, for a period not exceeding 90 (ninety) days per year following the date of first entry into the territory of the Federative Republic of Brazil. The maximum period of 90 (ninety) days may be extended by national relevant authorities of the Federative Republic of Brazil once and for another period not exceeding 90 (ninety) days.

2. For the purpose of the measures stipulated in this Note,

Chuluunbaatar SOSORMAA
Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary of Mongolia to the Federative Republic of
Brazil

(1) tourism shall mean travels for recreational, informative, cultural and other purposes that shall not imply carrying out a gainful activity that may result in financial obligations to local sources in the territory of the Federative Republic of Brazil.

(2) Transit shall mean the need for nationals of Mongolia to enter the territory of the Federative Republic of Brazil as a condition to reach their final destination.

(3) Business travels shall mean travels of nationals of Mongolia, who do not carry out gainful activities in the territory of the Federative Republic of Brazil, aimed at prospecting commercial opportunities, attending meetings, signing contracts, and carrying out management and administrative activities.

3. The nationals of Mongolia must apply for the pertinent visa in accordance with the relevant national laws of the Federative Republic of Brazil in case they wish to stay in the territory of the Federative Republic of Brazil for a period longer than 90 (ninety) days, carry out gainful activities, be employed, engage in research, traineeships, studies and social work, as well as undertake technical assistance, missionary, religious or artistic activities, or carry out any activity other than those explicitly mentioned in paragraph 2 of this Note.

4. The nationals of Mongolia mentioned in paragraph 1 of this Note may enter, transit through and leave the territory of the Federative Republic of Brazil through all border-crossing points open to international traffic.

5. The visa waiver herein provided for applies without prejudice to the obligation for the nationals of Mongolia before national laws in force in the Federative Republic of Brazil

during their short stay.

6. The measures herein provided for apply without prejudice to the right of the Government of the Federative Republic of Brazil to refuse entry into and to shorten the stay in its territory of unwanted nationals of Mongolia.
7. The Government of the Federative Republic of Brazil may suspend the measures herein described in whole or in part, for reasons of national security, public order or public health. The decision on suspension shall immediately be notified to the Government of Mongolia through diplomatic channels.
8. The nationals of Mongolia that lose their travel documents during their stay in the territory of the Federative Republic of Brazil must obtain another travel document issued by Mongolia's Diplomatic Mission or Consulate in Brazil in order to leave its territory.
9. (1) The Government of the Federative Republic of Brazil shall send to the Government of Mongolia through diplomatic channels specimens of its passports within 30 (thirty) days from the date of exchange of this Note.

(2) In the event of changes to the passport issued by the Government of the Federative Republic of Brazil, it shall send to the Government of Mongolia the new specimens, together with the information on their applicability, at least 30 (thirty) days before their introduction date.
10. (1) The content of this Note may be amended upon agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of Mongolia, followed by notification through diplomatic channels, and shall enter into force as defined in paragraph

11 (1) of this Note, unless agreed otherwise.

(2). Divergences arising from the interpretation or implementation of the measures herein described must be settled by consultations and negotiations through diplomatic channels.

11. (1) The measures provided for in this Note shall enter into force after 30 (thirty) days from the date of exchange of this Note.

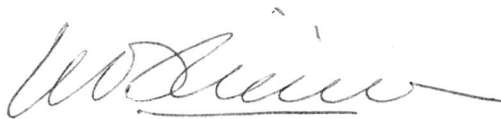
(2) The measures described in this Note are stipulated for an indefinite period of time, and the Government of the Federative Republic of Brazil may terminate them at any time by giving written notice to the Government of Mongolia through diplomatic channels. The measures herein established shall cease to be in force 90 (ninety) days after the date of such notification.

I have the honour to propose that this Note and your confirmation Note in reply shall constitute a reciprocal understanding between our two Governments for the establishment of visa waiver for the nationals of both countries.

This Note is presented to Your Excellency in the Portuguese, Mongolian and English languages, each text being equally authentic. In case of divergence in the interpretation of this Note, the English version shall be used.

Please accept, Your Excellency, the assurances of my highest consideration and esteem.

MRE/DAI/DIM/DCM/01/PAIN CVIS BRAS MONG/2015/5

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Mauro Vieira', with a horizontal line drawn underneath the name.

Mauro Vieira

Minister of Foreign Affairs